

2º SEMINÁRIO DE CARREIRA DO SINASEFE



MOBILIZE-SE:

quem sabe faz a hora, não espera acontecer!

SUMÁRIO

Apresentação	Página 3
Programação	Página 4
Ficha técnica	Página 5
Histórico das greves do SINASEFE	Página 6

APRESENTAÇÃO

Bem-vindo e bem-vinda!

Você está no 2º Seminário de Carreira do SINASEFE, que será realizado nestes dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2020, no campus Tijuca II do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro-RJ, com o temário “Mobilize-se: quem sabe faz a hora, não espera acontecer!”.

Nestes três dias de evento teremos 12 mesas de debates ao longo da programação, que abordarão temas como a Reforma Administrativa; a história das carreiras dos técnico-administrativos e docentes da Rede Federal de Educação; as relações de trabalho; a autonomia das Instituições Federais de Ensino (IFEs); o Programa Future-se; o endividamento dos trabalhadores e das trabalhadoras; e a Previdência Social no contexto pós-Reforma do governo Bolsonaro. A programação completa pode ser conferida nas próximas páginas deste caderno.

São muitos ataques ao mesmo tempo, os quais se intensificaram pós-golpe de 2016. A situação pode parecer desesperadora, mas você não está enfrentando essa conjuntura adversa sozinho ou sozinha. Estamos todos juntos, já resistimos antes e resistiremos agora.

Para relembrar como resistimos situações adversas antes, trazemos nesta publicação um histórico das greves realizadas pelos servidores federais da Educação, iniciando em 1980, ainda no período da Ditadura Militar, e terminando em 2017, com as três greves gerais contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária do governo Temer.

Desejamos a todos uma boa leitura, boas reflexões e um excelente evento!

Rio de Janeiro-RJ, 7 de fevereiro de 2020
CND e CNS do SINASEFE

PROGRAMAÇÃO

7 de fevereiro (sexta-feira)

08h às 17h – Credenciamento

09h30 às 10h – Mesa 1 – Abertura do Seminário

10h às 12h – Mesa 2 – Relações de trabalho: passado, presente e futuro

12h às 13h30 – Intervalo de almoço

13h30 às 16h – Mesa 3 – Autonomia das Instituições, Programa Future-se e Novos Caminhos

16h às 17h30 – Mesa 4 – Empobrecimento e endividamento das(os) trabalhadoras(es)

17h30 às 19h30 – Mesa 5 – Reforma Administrativa e ataque às(aos) servidoras(es)

8 de fevereiro (Sábado)

09h30 às 12h – Mesa 6 – Histórico das Carreiras (EBTT, PCCTAE e PGPE) e Carreira Única

12h às 13h30 – Intervalo de almoço

13h30 às 14h30 – Mesas simultâneas – 7 A – Liberdade de Cátedra

13h30 às 14h30 – Mesas simultâneas – 7 B – Enquadramento no PPCTAE (Racionalização, Dimensionamento, capacitação, ascensão funcional e avaliação de desempenho)

14h30 às 16h – Mesa 8 – Instituições vinculadas ao Ministério da Defesa e Ex-Territórios

16h às 17h30 – Mesa 9 – Comissões: CPPDs/CND e CIS-PCCTAE/CNS

17h30 às 19h – Mesa 10 – Instruções normativas nº 1 e nº 2

19h às 20h30 – Apresentação cultural e coquetel

9 de fevereiro (Domingo)

09h30 às 11h – Mesa 11 – Previdência

11h às 12h30 – Plenária final e encerramento

FICHA TÉCNICA

2º Seminário de Carreira do SINASEFE

Data: 7 a 9 de fevereiro de 2020

Local: campus Tijuca II do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro-RJ)

Tema: Mobilize-se: quem sabe faz a hora, não espera acontecer!

Realização: SINASEFE NACIONAL

Organização: Comissão Nacional Docente (CND) e

Comissão Nacional de Supervisão (CNS)

CND

Titulares

Diego Rodolfo Simões de Lima (Sinasefe Videira-SC)

Eduardo Fausto Kuster Cid (Sinasefe Ifes-ES)

Jane Miranda Ventura (Sindsifpe-PE)

Karina Oliveira Brito (Sinasefe Cáceres-MT)

Sílvio Sérgio Oliveira Rodrigues (Sintef-PB)

Suplentes

Camila Tenório Cunha (Sinasefe Brasília-DF)

Janaína da Silva Bezerra (Sintef-PB)

Joceli de Oliveira Alvim e Reis (Sinasefe Barbacena-MG)

Flávia Hiromi Takahashi (Sinasefe Pimenta Bueno-RO)

Roberto Rodrigues Vieira Júnior (Sinasefe IF Sul-RS)

CNS

Titulares

Aliomar da Silva (Sinasefe Ifes-ES)

Erlon Diego Zimmermann dos Santos (Sinasefe Bambuí-MG)

Leonardo Victor Dias (Sinasefe IFS-SE)

Matheus dos Santos Santana (Sinasefe IFBA-BA)

Nivaldo Cesário de Souza (Sinasefe IFSP-SP)

Suplentes

Cleide Aparecida da Silva (Sinasefe Urutaí-GO)

Diacuy Pereira de Andrade Felipe (Sinasefe Crato-CE)

Elizabeth Leandro Silva da Costa (Sinasefe Brasília-DF)

Kyanny Onofre Pompílio (Sinasefe IFSC-SC)

AS GREVES DO SINASEFE

1980 - 2017

DA EDUCAÇÃO FEDERAL E DOS SERVIDORES FEDERAIS

O direito de greve que os servidores públicos conquistaram também com a CF de 1988 segue como um dos nossos mais fortes instrumentos de mobilização e reivindicação: cruzar os braços e dizer “não” à exploração a que somos submetidos é uma das armas mais efetivas que possuímos. O SINASEFE se firmou como um sindicato combativo e autônomo, e muito disso se deve ao fato de termos conquistado as vitórias mais importantes da

nossa história mediante movimentos paredistas. Desde o início dos anos 1980 – antes mesmo da Fenasefe existir – nossa categoria paralisa as atividades em reivindicação por melhores condições de trabalho, remuneração, plano de carreira digno e democratização das IFEs.

Nosso sindicato nacional, durante os últimos 30 anos, vivenciou 17 greves, sempre participando ativamente do movimento e

buscando unificar as lutas com os demais sindicatos e entidades classistas, contra os ataques dos governos Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer. Encampamos em nossos movimentos paredistas bandeiras históricas, como as lutas por valorização profissional; contra os Planos Bresser, Verão e Collor; em defesa da Previdência Pública; pela manutenção do RJU; em favor da contratação de novos servidores e contra as políticas de pre-

carização e sucateamento da Rede Federal. Foram lutas árduas, difíceis, onde nem sempre obtivemos os resultados esperados, porém travamos todos os enfrentamentos necessários. Não fosse essa resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras por meio das lutas organizadas a partir do SINASEFE, o cenário das nossas instituições de ensino seria ainda mais complicado do que já é. Confira alguns dos importantes resultados dessas lutas:

1980

A primeira greve nos serviços públicos

Duração: 26 dias (16/11 a 11/12/1980)

Em greve: Professores de 19 universidades e 7 escolas. Reivindicações: Reposição salarial de 48%, retroativa a março de 1980; envio do Projeto de Carreira do Magistério ao Congresso Nacional; reajuste salarial semestral; revogação imediata do Decreto-Lei nº 6733/1979; 12% do orçamento da União destinado à educação.

Resultados: Em 11/12/1980 foram publicados o Decreto-Lei nº 820 e o Decreto nº 85.487, estabelecendo um novo plano de carreira do Magistério Superior das Instituições Federais Autárquicas; reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 1981 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os professores.

1981

Duração: 20 dias (11/11 a 01/12/1981)

Em greve: Professores de 19 universidades e 5 escolas. Reivindicações: Reposição salarial de 45% retroativa a março de 1981; reajuste semestral igual ao INPC, em setembro de 1981; enquadramento dos professores colaboradores admitidos após 31/12/1979; eliminação das distorções na Carreira do Magistério; 12% do orçamento da União destinado à educação.

Resultados: Reposição salarial de 30% a partir de 01/01/1982; reenquadramento dos colaboradores; recuo do Governo Federal em transformar as universidades em fundações; fixação de um prazo de seis meses para discutir a reestruturação das universidades.

1982

Duração: 32 dias (18/11 a 20/12/1982)

Em greve: Professores de 18 universidades e 3 escolas. Em 29/11/1982 os técnico-administrativos aderiram

ao movimento grevista.

Reivindicações: Reposição salarial de 23,8% sobre o salário de maio de 1982; reajuste semestral igual ao INPC, em novembro de 1982; aposentadoria integral; igualdade de direitos para estatutários e celetistas; correção de distorções no enquadramento da nova carreira docente; reestruturação da universidade com base na proposta do Andes-SN.

Resultados: Recuo do governo na implantação, por meio de Decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações; derrota nas reivindicações salariais.

1984

A última greve do período da Ditadura Militar

Duração: 84 dias (de 15/05 a 07/08/1984)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 19 universidades e 8 escolas.

Reivindicações: Reposição salarial de 64,8% retroativa a janeiro de 1984; reajuste semestral, em julho de 1984, com base no INPC e garantido por Lei; 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnico-administrativos; verbas para o pleno funcionamento das IFEs.

Resultados: A greve se encerrou sem nenhuma conquista imediata, sendo suspensa com o corte dos salários em 01/08/1984. Uma comissão de “alto nível” foi formada no Congresso Nacional para reabrir as negociações, revertendo punições. Em janeiro de 1985 os docentes tiveram uma reposição salarial de 20%, fruto do enfrentamento desta greve.

1985

A primeira greve no governo Sarney

Duração: 45 dias (10/08 a 23/09/1985)

Em greve: Professores de 16 universidades e fundações.

Reivindicações: Reposição salarial de 38,5%; reajuste salarial igual ao INPC do semestre; implantação de reajuste trimestral; adicional de 5% a cada quinquênio; adicional de Dedicação Exclusiva não inferior a 50%; 5% de produtividade; aposentadoria integral; verbas para custeio e capital das IFEs fundacionais no montante de 954 bilhões de cruzeiros.

Resultados: Reajuste de 75,06% a partir de setembro; Liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFEs; elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários que garantisse isonomia entre fundações e autarquias, a entrar em vigor até janeiro de 1986, o que foi descumprido pelo Ministério da Educação (MEC) devido ao diferenciamento de regimes jurídicos (com o novo Plano de Cargos e Salários, somente algumas categorias de docentes, em algumas fundações, tiveram um ganho superior a 50% em 1986).

1987

A última greve antes da CF de 88 e da fundação do SINASEFE

Duração: 44 dias (25/03 a 07/05/1987)

Em greve: Professores de 45 IFEs (autarquias e fundações).

Reivindicações: Adoção do Plano Único de Carreira dos docentes das IFEs proposto pelo Andes-SN; isonomia salarial plena aos docentes das autarquias e fundações em acordo com tabela proposta pelo movimento; aposentadoria integral; verbas de custeio e capital no valor de 14,5 bilhões de cruzados e mais 5,8 bilhões para o pleno funcionamento das IFEs e retorno aos níveis de 1973; revogação da proibição de contratação de pessoal nas IFEs.

Resultados: Foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, criando o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 4.664, em 23/07/1987. A nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abril de 1987.

1989

A primeira greve da história do SINASEFE

Duração: 66 dias (08/05 a 13/07/1989)

Em greve: Professores, técnico-administrativos e estudantes de 42 IFEs.

Reivindicações: Verbas para ordem de custeio e capital correspondendo a 27,8% do orçamento global das IFEs, asseguradas por recursos do Tesouro; revogação da proibição de contratações e abertura de concursos públicos; reposição salarial, de abril de 1989, de 59,74%, acrescida do Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese; reajuste mensal dos salários; anuênio de

1% em substituição aos quinquênios; aposentadoria integral; carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus; regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFEs.

Resultados: Reposição salarial de 30% aos Servidores Públicos Federais (SPFs) em geral, em maio de 1989; em julho o governo se comprometeu em liberar verbas para a manutenção das IFEs, a título de suplementação, no montante de 453 milhões de cruzados novos, a preços de abril de 1989; o Plano de Carreira dos docentes recebeu algumas alterações: o incentivo de Dedicação Exclusiva para os professores do 3º grau passou de 40% para 50% sobre o salário base, já para os docentes de 1º e 2º graus das IFEs, este percentual passou de 25% para 30%; a progressão horizontal da carreira passou de 4% para 5%; o governo autorizou a contratação, para o conjunto das IFEs, de 760 docentes e de 1340 técnico-administrativos; reconhecimento do direito de aposentadoria especial.

1991

A primeira greve no governo Collor

Duração: 107 dias (05/06 a 20/09/1991)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 45 IFEs.

Reivindicações: Recomposição dos salários aos valores reais de abril de 1990, implicando numa reposição de 144,38%; incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos Planos Econômicos Bresser (26,06%), Verão (26,05%) e Collor 1 (93,54%), num reajuste total reivindicado de 640,39%; repasse para as IFEs do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; abertura de concursos públicos e expansão do quadro de pessoal, com contratação imediata dos selecionados; escolha dos dirigentes das IFEs por eleições diretas e democráticas.

Resultados: Rejeição pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 296/1991, a qual excluía docentes e servidores das IFEs e diversas outras categorias de SPFs dos reajustes propostos pelo governo; reajuste salarial geral aos SPFs de 20%; correção da tabela de vencimentos dos docentes das IFEs; gratificação para especialização; aumento do valor das gratificações por titulação; aumento da gratificação de 50% para 55%.

1993

A primeira greve no governo Itamar

Duração: 31 dias (13/05 a 14/06/1993)

Em greve: Primeira greve unificada dos SPFs. Aderiram 23 IFEs.

Reivindicações: Política salarial com reajustes mensais mediante a inflação; incorporação das gratificações aos vencimentos; fim das distorções no processo de isonomia entre os Três Poderes; Plano Nacional de Capacitação Docente; reajuste de 106,8% para os servidores; anistia para todos os servidores punidos em greves.

Resultados: Anistia aos servidores punidos em greves anteriores; reajuste salarial de 85%; reajustes trimestrais (80% da inflação); antecipações bimestrais (50% da inflação); aprovação de uma política salarial vinculada à receita líquida até junho de 1994, quando uma nova política seria estabelecida; elevação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) de 80% para 160% sobre os vencimentos básicos.

1994

Duração: 50 dias (19/04 a 08/06/1994)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 38 IFEs e demais SPFs. 23 seções sindicais do SINASEFE participaram do movimento.

Reivindicações: Pauta específica das IFEs; reposição das perdas salariais em Planos Econômicos; definição do Plano Nacional de Capacitação Docente e do Plano de Carreira.

Resultados: Abertura da negociação em torno da isonomia entre os Três Poderes; negada a inclusão das emendas do movimento sindical na Medida Provisória 482; o governo ameaça com corte de ponto e inquéritos administrativos que poderiam levar servidores às demissões; legitimação do direito de greve no serviço público pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde que regulamentada pelo Congresso; nenhum ganho econômico.

1995

A primeira das cinco greves nos dois governos de FHC

Duração: 23 dias (09/05 a 31/05/1995)

Em greve: Cerca de 15 mil servidores das IFEs.

Reivindicações: Controle social das empresas e do serviço público pelo Estado; defesa da previdência pública e das aposentadorias por tempo de serviço; política salarial; rejeição do substitutivo do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) para a LDB e aprovação do PLC 101/1993; reintegração dos demitidos na Reforma Administrativa do governo Collor.

Resultados: Afastada a possibilidade de privatização das IFEs; resgate do substitutivo do senador Cid Sábóia (PMDB-CE), que foi ao plenário do Senado Federal junto ao substitutivo do senador Darcy Ribeiro.

1996

Duração: 56 dias (16/04 a 20/06/1996)

Em greve: Professores de 45 IFEs.

Reivindicações: Reajuste de 46,19%; retirada dos projetos de Reformas da Previdência e Administrativa da pauta do Congresso Nacional.

Resultados: O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os SPFs têm direito à greve, desde que regulamentada pelo Congresso; o governo ameaça com corte de ponto e inquéritos administrativos que poderiam levar servidores às demissões; recuo na posição de enviar ao Congresso o projeto de autonomia das universidades; promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as IFEs. Nenhum ganho econômico.

1998

Duração: 104 dias (31/03 a 13/07/1998)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 51 IFEs.

Reivindicações: Reajuste de 48,65%; preservação da qualidade do ensino público; recomposição do quadro de docentes das IFEs com abertura de concursos públicos; retirada do Plano de Incentivo à Docência (PID).

Resultados: Mesmo após greve de fome de 14 servidores, não houve conquista referente aos itens da pauta; o PID foi substituído pela Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que possuía as mesmas características, sendo concedida uma bolsa para os professores de 1º e 2º graus, que mais tarde se transformaria na Gratificação de Incentivo ao Desempenho (GID); para os técnico-administrativos foi concedido o percentual de reajuste dos 28,86% dos militares, subtraídos os percentuais das progressões (até três níveis) concedidos anteriormente.

2000

Duração: 87 dias (24/05 a 18/08/2000)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 31 IFEs.

Reivindicações: Isonomia salarial; reajuste de 63,68%; investimentos no serviço público federal; fixação da data-base em 1º de maio; reposição salarial imediata; consolidação das carreiras específicas a partir do Estatuto do Serviço Público; incorporação das gratificações sem discriminação dos professores aposentados e dos ensinos de 1º e 2º graus.

Resultados: A greve derrotou o projeto de autonomia do MEC para as universidades brasileiras; impediu o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público do Governo Federal; houve a inclusão da elevação da massa salarial na LDO; porém, nenhum ganho econômico.

2001

A última das cinco greves na “era FHC”

Duração: 109 dias (21/08 a 07/12/2001)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 52 IFEs.

Reivindicações: Reajuste de 75,58%; alteração do percentual de titulação de 50% para 72% para doutores, de 25% para 36% para mestres, de 12% para 18% para especialistas e de 5% para 9% para aperfeiçoamento; equiparação da GID à GED; extensão da GID aos aposentados das carreiras de 1º e 2º graus; incorporação das gratificações (GAE e GID), além do fim da Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE) para os TAEs com a retomada da GAE e sua respectiva incorporação ao vencimento básico; avaliação da carreira docente; manutenção do RJU; paridade e isonomia de vencimentos entre ativos e aposentados; recomposição do quadro funcional das IFEs; abertura de 8 mil vagas para concurso público.

Resultados: Abertura de duas mil vagas para concursos; equiparação da GID à GED; manutenção do RJU; reajuste salarial de 12% a 13% no salário base dos docentes; 3,5% de aumento para todos os SPFs; repasse de 60% da GID aos professores aposentados; criação de grupos de discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica, autonomia universitária, entre outros; retomada da GAE para os técnico-administrativos, com a sua incorporação integral ao vencimento básico.

2003

A primeira greve do governo Lula

Duração: 59 dias (08/07 a 04/09/2003)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 35 IFEs e demais SPFs. 33 seções sindicais do SINASEFE participaram do movimento.

Reivindicações: Defesa da Previdência Pública: contra a PEC 40/2003 (Reforma da Previdência do Mensalão), que visava retirar direitos garantidos constitucionalmente aos trabalhadores.

Resultados: A PEC foi aprovada com modificações, preservando, após a greve, a aposentadoria integral para os SPFs à época; hoje a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4889 busca anular os efeitos daquela Reforma Previdenciária, já que a mesma foi aprovada mediante compra de votos dos parlamentares pelo governo Lula no famigerado esquema do “Mensalão”. Ao final da greve, SINASEFE e Fasubra negociaram antecipar valores de gratificações fixas para fins de enquadramento na Carreira do Cargo Único dos Técnico-Administrativos em Educação.

2004

Duração: 10 dias (10/05 a 19/05/2004)

Em greve: Foram realizadas rodadas de assembleias com aprovação de indicativo de greve por Andes-SN, Fasubra e SINASEFE. No entanto, não houve deflagração da greve, apenas paralisações de 24 e 48 horas por parte do SINASEFE.

Reivindicações: 127% de recomposição pelas perdas salariais; isonomia entre ativos e aposentados; incorporação das gratificações; definição de uma política salarial e definição de data-base para a categoria.

Resultados: Termo de acordo Fasubra-SINASEFE: reestruturar a carreira dos TAEs; gratificação temporária de R\$ 130 a R\$ 265 para ativos e aposentados; compromisso do governo de construção do Plano de Carreira, o que ocorreu em 12 de janeiro do ano seguinte com a Lei 11.091, dando início ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). No caso dos docentes, o SINASEFE, mesmo não estando em greve, conseguiu negociar o fim da GID e sua transformação em gratificação de valor fixo, por titulação, para fins de antecipação do processo de reestruturação da carreira docente.

2005

O ano em que o Brasil tomou conhecimento do Mensalão

Duração: 91 dias (29/08 a 30/11/2005)

Em greve: 40 IFEs em greve. Aderiram 35 seções do Andes-SN, 41 sindicatos da Fasubra e 37 seções do SINASEFE.

Reivindicações: Defesa das IFEs públicas, gratuitas, autônomas, democráticas, laicas, de boa qualidade e socialmente referenciadas; contra a mercantilização da educação; pelo aumento da dotação orçamentária para as IFEs; reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; incorporação da GED, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia; retomada dos anuênios; abertura imediata da discussão em torno da Carreira Única para os docentes das IFEs, envolvendo o MEC, o Andes-SN e o SINASEFE; Classe Especial; equiparação salarial dos substitutos e efetivos; piso de R\$ 900,00 (três salários mínimos) para os TAEs; step de 5%; validação de certificados anteriores ao ingresso no serviço público; implantação da segunda fase do PCCTAE; democratização das IFEs, permitindo que os técnico-administrativos possam se candidatar e que os aposentados possam votar e ser votados; realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFEs.

Resultados: O Governo Federal, mesmo não atendendo ao conjunto das reivindicações dos servidores, por força da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões; Termo de acordo de 1º de dezembro para os professores: reajuste de 12%, a partir de janeiro; criação da Classe Especial, incluindo aposentados, gerando um aumento de 18% em relação ao E4; Termo de acordo de 1º de dezembro para os técnico-administrativos: segunda fase do PCCTAE; implementação dos percentuais de capacitação a partir de janeiro de 2006; elevação do step de 3% para 3,6%, a partir de janeiro, e o estabelecimento dos percentuais de qualificação para os integrantes do PCCTAE; compromisso do governo de implantação de diversos Grupos de Trabalho (GTs).

2006

A primeira greve apenas do SINASEFE

Duração: 48 dias (17/05 a 02/07/2006)

Em greve: 43 seções sindicais do SINASEFE.

Reivindicações: Cumprimento do acordo de greve assinado em 1º de dezembro de 2005 e, até então, não cumprido pelo MEC e Governo Federal.

Resultados: Para os docentes: reajuste de 12% a partir de janeiro; criação da Classe Especial, incluindo aposentados, gerando um aumento de 18% em relação ao E4 (último nível da tabela); para os técnico-administrativos: segunda fase do PCCTAE; implementação dos percentuais de capacitação a partir de janeiro de 2006; implementação dos percentuais de qualificação a partir de julho; os GTs criados foram “auxílio transporte”, “auxílio saúde” e “inclusão dos técnico-administrativos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa no PCCTAE” – o único GT que acabou não trazendo resultados efetivos foi este último, já que a partir daquele momento se instituiu o auxílio saúde e se regularizou a implantação de auxílio transporte para todos.

2011

A primeira greve no governo Dilma

Duração: 88 dias (29/07 a 24/10/2011)

Em greve: 228 campi das bases do SINASEFE (mais de 70%) aderiram à paralisação em 21 estados, com a participação de 63 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Reajuste emergencial de 14,67%; destinação de 10% do PIB para a educação; reestruturação da Carreira Docente e do PCCTAE; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos; 30 horas semanais para os técnico-administrativos; estabelecimento de um GT com a participação do governo, SINASEFE, Fasubra e reitorias para a discussão sobre as terceirizações nas IFEs; equiparação (pelo maior valor) do nosso auxílio alimentação com o dos servidores do Congresso Nacional, Judiciário e Tribunal de Contas.

Resultados: O MEC apresentou proposta de acordo para o SINASEFE com a jornada de 30 horas semanais para os técnico-administrativos; progressão per saltum por capacitação; o direito dos técnico-adminis-

trativos poderem ser reitores, pró-reitores e diretores gerais; a ampliação da concessão do regime de Dedicação Exclusiva; recomposição do Conselho Superior com a inclusão do SINASEFE representando os trabalhadores; e reabertura da discussão do Regimento Interno. Entretanto, como a categoria não foi recebida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) à época, e já que os docentes obtiveram 4% de reajuste no acordo assinado por Andes-SN e pelo Proifes, a 106ª PLENA do SINASEFE, realizada em 22 de outubro de 2011, recusou a assinatura do referido acordo, que logo a seguir foi retirado das negociações, não tendo sido obtido mais nenhum dos ganhos apontados.

2012

20ª greve dos trabalhadores no serviço público federal e 14ª da história do SINASEFE

Duração: 89 dias (13/06 a 10/09/2012)

Em greve: 296 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 26 estados, com a participação de 71 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Política salarial para os SPFs; reposição emergencial de 22,08%; data-base para 1º de maio; reajuste geral anual da inflação do período; isonomia entre os Três Poderes na política de benefícios; destinação de 10% do PIB para a educação; reestruturação das carreiras; 30 horas para todos os técnico-administrativos; progressão por capacitação per saltum para os TAEs; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos com o estabelecimento de um cronograma de ocupação das vagas previstas no Projeto 2.134/2011; implantação de um GT, com a participação do MEC, SINASEFE e Conif para discutir a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Resultados: Reestruturação do PCCTAE; Reajustes diferenciados na tabela dos docentes de 25% a 45%; progressão de DI para DII e/ou DIII; implantação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e da nova classe de Professor Titular; acesso dos TAEs de todos os níveis de classificação aos cargos de pró-reitores; retirada da MP 568, que reduzia os salários dos médicos e dos itens que mudavam os critérios e tabelas de concessões dos adicionais de periculosidade e insalubridade; reajuste dos auxílios alimentação

e saúde; criação de seis GTs para os TAEs: “inclusão dos técnico-administrativos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa no PCCTAE”, “racionalização dos cargos do PCCTAE”, “terceirizações na Rede Federal”, “dimensionamento da força de trabalho”, “reposicionamento dos aposentados no PCCTAE” e “democratização das IFEs” – com possibilidade de acesso aos cargos de reitores e diretores gerais, assim como a representação do SINASEFE nos Conselhos Superiores.

2014

Encerrada por judicialização do governo

Duração: 81 dias (21/04 a 10/07/2014)

Em greve: 163 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 20 estados, com a participação de 37 seções sindicais. Fasubra também integrou o movimento.

Reivindicações: Anulação da Reforma da Previdência de 2003 por conta do esquema do Mensalão; não à Funpresp; data-base para 1º de maio; antecipação imediata da parcela do reajuste acordado na última greve; isonomia entre os Três Poderes na política de benefícios; destinação de 10% do PIB para a educação; auditoria da dívida pública com participação popular e suspensão imediata dos pagamentos; reestruturação das carreiras; 30 horas para todos os técnico-administrativos; progressão por capacitação per saltum para os TAEs; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos; contra o ponto eletrônico e contra o ponto docente.

Resultados: O governo Dilma pouco recebeu, no MEC e no MPOG, as representações do SINASEFE e da Fasubra: alegando que existia um acordo em vigência, formalizado na greve 2012, judicializou os dois movimentos paredistas nacionais, que foram encerrados sob ameaça de multa diária de R\$ 100 mil às entidades que persistissem em greve.

2015

Encerrada sem assinaturas dos acordos

Duração: 125 dias (13/07 a 14/11/2015)

Em greve: 260 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 25 estados, com a participação

de 51 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Anulação da Reforma da Previdência de 2003 por conta do esquema do Mensalão; não à Funpresp; data-base para 1º de maio; isonomia entre os Três Poderes na política de benefícios; destinação de 10% do PIB para a educação; auditoria da dívida pública com participação popular e suspensão imediata dos pagamentos; reestruturação das carreiras; 30 horas para todos os técnico-administrativos; progressão por capacitação per saltum para os TAEs; RSC para os TAEs e aposentados; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos; contra o ponto eletrônico e contra o ponto docente.

Resultados: A greve foi encerrada sem o governo, por meio do MEC e do MPOG, assinar nenhum dos termos de acordo e de reposição dos dias parados com o SINASEFE ou com o Andes-SN. Apenas com a Fasubra um termo foi assinado, que garantia (com incidência para as bases de TAEs do SINASEFE) um aumento de 0,1% no step do PCCTAE e a criação de GT para debater o aprimoramento do Plano de Carreira – o qual teve apenas duas reuniões antes do governo Dilma ser deposto por meio de um golpe parlamentar.

2016

A greve iniciada pelas ocupações estudantis

Duração: 37 dias (11/11 a 17/12/2016)

Em greve: 125 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 21 estados, com a participação de 30 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Cumprimento dos acordos de greves anteriores; contra a PEC 241/2016 (Teto dos Gastos); contra o Escola Sem Partido; contra a MPV 746/2016 (Reforma do Ensino Médio); contra a Reforma da Previdência; contra a Reforma Trabalhista; contra todas as terceirizações; auditoria da dívida pública com participação popular e suspensão imediata dos pagamentos; data-base para 1º de maio.

Resultados: Esta greve teve duas peculiaridades: 1) foi alavancada pelo movimento “OcupaTudo” protagonizado por estudantes, que ocuparam mais de 60 universidades e 1000 escolas por todo o país a partir do mês de outubro e 2) teve uma pauta majoritariamente

te política e em defesa dos serviços públicos. Infelizmente sequer chegamos a ser recebidos pelo governo para qualquer negociação e fomos derrotados na luta contra aprovação da PEC do Teto de Gastos, que motivou a suspensão da greve. No ano seguinte (2017) novas derrotas dentro da pauta da greve vieram, com as aprovações pelo Congresso Nacional da Reforma do Ensino Médio, da Reforma Trabalhista e da nova lei das terceirizações.

2017

Duração: 34 dias (10/11 a 13/12/2017)

Em greve: 48 sindicatos da Fasubra. O SINASEFE deliberou na 152ª PLENA que não deflagraria greve – posição idêntica a do Andes-SN.

Reivindicações: Abertura de negociação salarial; contra a PEC 287/2016 (Reforma da Previdência); revogação do PDV lançado por Temer; contra o PLS 116/2017 (fim da estabilidade dos servidores públicos); revogação da Reforma Trabalhista; reestruturação e defesa do PCCTAE.

Resultados: Sem negociação com o governo, a greve foi encerrada sem conquistas para a categoria.

2017: GREVES GERAIS

Duração: 3 dias (28/04, 30/06 e 05/12/2017)

Em greve: Classe trabalhadora brasileira, representada pelas nove centrais sindicais que convocaram os movimentos paredistas: CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT.

Reivindicações: Contra os ataques do governo Temer aos trabalhadores, em especial contra a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a legalização da terceirização ampla e irrestrita.

Resultados: As centrais não foram recebidas e nem atendidas pelo governo, mas os ganhos com a mobilização e organização dos trabalhadores durante as três greves, principalmente na primeira delas, geraram grande desconforto no empresariado nacional. Após a retirada da votação da Reforma da Previdência pela Câmara em dezembro de 2017, algumas centrais sindicais, entre elas a CUT, suspenderam a greve de 5 de dezembro. Mas outras centrais mantiveram a paralisação, que foi construída e teve adesão das bases do SINASEFE.



**EDUCAÇÃO
FEDERAL
EM GREVE!**



SINASEFE



[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]